

## CANUDOS NÃO EUCLIDIANO<sup>(\*)</sup>

José Calasans

### **FASE ANTERIOR AO INÍCIO DA GUERRA DO CONSELHEIRO**

Aconteceu em 1902. Euclides da Cunha publicou seu livro sobre a Campanha de Canudos, intitulado **Os Sertões**. A obra do jovem engenheiro fluminense, aparecida cinco anos depois da luta sangrenta do interior da Bahia, recolocou em evidência os acontecimentos de 1897 e projetou, no cenário intelectual do Brasil, o nome de Euclides da Cunha, tenente reformado do Exército que, na condição de repórter de **O Estado de São Paulo**, estivera no campo da luta, assistindo aos últimos momentos da heroica e suicida resistência dos jagunços. O "livro vingador", segundo denominação do próprio Euclides, marcou época, tornando-se obra-prima da literatura nacional. Monopolizou a temática conselheirista. A partir de 1902, o estudo do episódio *Canudos* passou a ser exclusivamente feito via **Os Sertões**. De modo geral, é acertado asseverar que assim sucedeu até às comemorações do cinquentenário do famoso ensaio, nos anos cinquenta do nosso século. Podemos considerar, por isto mesmo, que a historiografia relativa a Antonio Conselheiro e seu grupo messiânico compreende três importantes fases. A primeira, que vai de 1874 a 1902, desde o surgimento, no centro das então Províncias da Bahia e de Sergipe, do peregrino cearense, até a publicação do trabalho de Euclides da Cunha; a segunda, da hegemonia euclidiana, que se estende à década de 50; a terceira e última, quando se iniciou uma revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica.

Na presente análise, vamos nos cingir às fontes anteriores ao período da guerra. Apresentamos o *Canudos* não euclidiano como parte de informações e comentários relativos a um momento importantíssimo da História do Brasil, a

---

(\*) Este trabalho foi originalmente publicado in *Canudos - Subsídios para sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, Monteiro Aranha S.A., 1996, p.1/23.

chamada "Guerra de Canudos", de tanta significação na nossa vida social, política, cultural e militar.

### **AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS**

Começaremos por 1874. É o ano do aparecimento de um misterioso personagem nos sertões da Bahia e de Sergipe, dizendo chamar-se Antonio dos Mares e proceder da Província do Ceará. A fonte primeira é um semanário sergipano, editado na cidade de Estância, intitulado **O Rabudo**, em seu nº 07, de 22 de novembro de 1874. A referida gazeta está guardada na Biblioteca Pública de Aracaju (Sergipe), conforme informação do pesquisador Acrísio Torres de Araújo, a quem devemos o conhecimento do texto jornalístico. A descrição do tipo físico do "misterioso personagem", sua falta de asseio, seus conselhos, seu forte poder de suggestionar os sertanejos, a ameaça que ele representava para a ordem pública, a necessidade do seu afastamento do meio rural, a obra material que começava a realizar com a restauração da pequena capela de Rainha dos Anjos, no município de Itapicuru (Bahia), tudo isto está mencionado no hebdomadário, editado por Manuel Lopes de Sousa, sem dúvida alguma o primeiro jornal a falar do futuro "rei dos jagunços". **O Rabudo**, "periódico crítico, chistoso, anedótico e noticioso", publicado aos domingos, dedica quase metade das suas quatro pequenas páginas a Antonio dos Mares, que seus já numerosos seguidores chamavam "Santo Antonio dos Mares". Anunciando transmitir opiniões de "pessoas de bom-senso", o jornalista de **O Rabudo** levanta a suspeita de haver o peregrino cometido algum crime, sendo a singularidade do seu modo de viver uma forma de penitência, senão um meio de fugir à ação da Justiça. Estava lançada, nas linhas do artigo, uma hipótese que se transformaria, com o perpassar do tempo, na tal "lenda arrepiadora", do dizer de Euclides da Cunha, horrenda estória do matricídio praticado por Antonio Vicente Mendes Maciel.

Não dispomos de elementos para rastrear o noticiário da imprensa, baiana ou sergipana, referente a Antonio dos Mares, no citado ano de 1874. Há, porém, no Arquivo da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, nas pastas relativas à correspondência dos vigários do nordeste baiano com o vigário Capitular, inúmeros informes relativos aos entendimentos e desentendimentos de alguns párocos com Antonio Maciel ou Antonio Conselheiro, como passou a ser conhecido e mencionado, não havendo mais qualquer referência ao Antonio dos Mares do jornalzinho estanciano.

No documentário em apreço figuram ofícios dos padres João José Barbosa, vigário colado de N. S<sup>a</sup> da Conceição do Aporá, João Alves da Silva Paranhos, vigário colado de N. S<sup>a</sup>. do Livramento do Barracão, Emílio de Santana Pinto, vigário colado do Divino Espírito Santo de Abrantes, além da correspondência do delegado de Polícia de Abrantes, Joaquim Pereira de Azevedo e do Dr. João Bernardo de Magalhães, chefe de Polícia da Bahia que trocou expediente com o vigário Capitular, monsenhor Luís d'Armor<sup>1</sup>. Os papéis existentes no Arquivo do Arcebispado são fontes bem expressivas para se conhecer as atividades de Antonio Conselheiro nos anos de 1875 e 1876. No último dos dois anos, por ordem do Chefe de Polícia, o "messias" foi preso e levado à Capital baiana, donde o enviaram, com escolta policial, para o Ceará, em face do boato de crime que ele teria cometido em sua terra natal.

A prisão do "Santo", em junho de 76, na Vila de Itapicuru, focalizou o nome do Conselheiro na imprensa de Salvador. Tomou-se notícia de destaque. Sua chegada e partida para Fortaleza ganharam espaço nas colunas dos diários soteropolitanos. Sobre sua prisão, sua misteriosa pessoa, seus prosélitos, suas atitudes, seu comportamento perante o Chefe de Polícia, seu suposto crime, há muito que respigar no **Diário da Bahia** (27 de junho e 7 de julho), no **Jornal da Bahia, Diário de Notícias** (6 e 7 de julho). É bem possível que a nota da

---

1 Gabinete Arquiepiscopal. Correspondência das Repartições Públicas, XVI. (1874-1880). Também Correspondência do Arcebispado (1874-1877).

**Folhinha Laemmert**<sup>2</sup> (Rio), tenha sua origem no noticiário baiano do ano anterior.

A notícia da conceituada Folhinha teria sido a primeira divulgada na Capital do Império. A apresentação de Antonio Conselheiro à Corte brasileira...

Sílvio Romero, em 1879, na **Revista Brasileira**, numa série de artigos sobre a poesia popular no Brasil, referiu-se a Antonio Conselheiro, também conhecido por Santo Antonio Aparecido, segundo o escritor sergipano. Julgamos que o ilustre folclorista houvesse conhecido pessoalmente o tal "missionário a seu jeito". Pelo menos teria tido informações transmitidas por pessoas de seu conhecimento que viram de perto o místico cearense. Em 1874, quando o periódico estanciano registrou a presença de Antonio dos Mares, que outro não era senão o próprio Antonio Conselheiro, Sílvio Romero, recém-formado em Direito, exercia o cargo de promotor público da comarca de Estância. Perto da cidade do Piauí ficava Lagarto, terra natal de Sílvio, por onde andou o "Bom Jesus" em suas andanças sergipanas. Nada mais lógico pois, que admitir o conhecimento do folclorista com o portador de folclore. Foi, aliás, sobretudo nesta situação de "portador de folclore", que o autor da **História da Literatura Brasileira** viu o andeço predicante. As informações de Sílvio Romero, depois constantes do seu livro **Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil**<sup>3</sup>, aparecido em 1888, foram bem aproveitadas por Euclides da Cunha. Apontemos algumas. Os apelidos Antonio Conselheiro e Santo Antonio Aparecido e duas quadras citadas como de origem popular. O informe da "doutrina" pregada pelo "messias", haurida na obra **Horas Marianas**, livro que portava. A condenação do uso dos pentes de chifres, xales de lã, levando as mulheres à queima de tais objetos considerados luxuosos. O levantamento da igreja de Rainha dos Anjos. Sua passagem por Sergipe, onde fez adeptos. A circunstância de divergir

---

2 CUNHA. Euclides da. *Os Sertões*. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves, 1923. p. 164.

3 ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*. 2ª. ed., Petrópolis: Editora Vozes, Governo do Estado do Sergipe, 1977. p. 41.

dos "mendigos vulgares", porque somente aceitava o necessário para sua subsistência. O fato de conquistar com suas prédicas as populações que visitava. Em muitos pontos, o depoimento de Sílvio Romero coincide com os comentários de **O Rabudo**. Enquanto, porém, a gazetinha, de modo vago, admitia haver Antonio Conselheiro praticado um crime, o ilustre lagartense, de modo peremptório, tachou de "criminoso do Ceará". Durante muitos anos, como escreveu em 1897, ficou sem novas do fanático. Na 2ª edição dos **Cantos Populares do Brasil**, consignou, em nota de pé de página: "Supúnhamos já falecido este tétrico fanático, quando agora aparece ele nos sertões da Bahia, à frente de um verdadeiro exército de crentes, a fazer depredações de todo gênero"<sup>4</sup>.

Antonio Conselheiro, como já vimos, foi mandado para o Ceará, em 1876. Esteve em Fortaleza, seguindo, ainda preso, para a vila de Quixeramobim, terra de seu nascimento, onde poderia haver cometido o crime de que era indigitado. Nada havia contra ele. Foi, conseqüentemente, posto em liberdade. O jornalista Manuel Benício, em seu livro **O Rei dos Jagunços**, transcreveu os ofícios do chefe de Polícia da Bahia ao seu colega do Ceará e deste ao juiz municipal de Quixeramobim, como também a resposta do mesmo inocentando Antonio Vicente Mendes Maciel, declarando que o mandara pôr em liberdade<sup>5</sup>. A resposta do juiz, Alfredo Alves Mateus, encerrava, oficialmente, a questão do crime, que continuaria, contudo, a se conservar na imaginação do povo.

Posto em liberdade, Antonio Vicente voltou à Bahia, passando a viver em terras do município de Itapicuru, daí saindo, frequentemente, para dar conselhos e realizar obras, construção de capelas e levantamento de muros de cemitérios, em diversos pontos da Bahia e de Sergipe. Teria retornado, consoante a tradição, exatamente no tempo por ele mesmo anunciado. Era um milagre.

---

4 ROMERO, Sílvio. *Cantos Populares do Brasil*. 2ª. ed. aum. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Clássica de Alves Cia., 1897, p. Vil.

5 BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1899. p. 44 a 46.

Estava de volta, num momento angustiado dos sertões nordestinos. Nos dias terríveis da seca de 77, quando, dominados pelo flagelo, os sertanejos esperavam as soluções milagrosas. Faltam-nos dados para avaliar o papel do "Bom Jesus Conselheiro" na conjuntura. Teria construído alguns pequenos açudes, ouvimos alhures.

## **NOS ANOS OITENTA**

Na década de 1880, cresceu o prestígio de Antonio Conselheiro e se agravaram suas relações com os padres, as autoridades policiais e os proprietários rurais. Principalmente com os representantes do clero. Melhor dito, com algumas figuras da igreja interiorana. Os padres, em verdade, se dividiram quanto ao modo de proceder relativamente ao Conselheiro. Uns aceitaram-no, permitindo suas pregações, até mesmo no interior dos templos sagrados, servindo-se dos seus préstimos para a construção ou reconstrução de capelas, levantamento de muros de cemitérios, angariação de recursos para as paróquias, na sua grande maioria sem recursos. O relacionamento Igreja Católica-Antonio Conselheiro, no decorrer dos anos oitenta, antes da Abolição e da República, é muito pouco conhecido. Sua história ainda não foi levantada. As fontes permanecem guardadas nos arquivos da própria Igreja e raramente surgem na imprensa da época. O que existe, porém, inédito, é de suma valia para reconstituição da história do **conselheirismo**<sup>6</sup>. As cartas que vimos, no Arquivo da Arquidiocese, sobretudo escritas entre os anos de 1882 e 1886, quando devidamente anotadas e divulgadas, vão contribuir de modo significativo para a história do movimento liderado por Antonio Conselheiro nos sertões da Bahia.

As missivas dos sacerdotes são endereçadas ao Arcebispo ou ao Vigário Capitular e contam os sucedidos em suas respectivas freguesias quando por elas passava, sempre com numeroso séquito, o "Santo Conselheiro". Sente-se,

---

<sup>6</sup> Um pesquisador norte-americano, cujo nome jamais identificamos, teria recolhido farto material na Arquidiocese da Bahia, tendo feito publicação sobre o assunto em sua pátria

na maioria dos casos, a insegurança dos missivistas. O Conselheiro era mais poderoso do que eles. O povo preferia ouvi-lo, nenhum efeito produzindo as palavras dos sacerdotes, nem mesmo as ameaças de excomunhão. É verdade que, aqui ou ali, um sacerdote se dispunha a enfrentar o "filho de Deus" e seus acompanhantes e os punha para fora da freguesia. Foi o caso do vigário de N. S<sup>a</sup>. da Piedade do Lagarto, Sergipe, João Batista de Carvalho Daltro, apelidado "Padre Data". A 16 de janeiro de 1886, acompanhado por cerca de 100 pessoas, o Conselheiro "teve o arrojo de entrar nesta cidade", escreveu o vigário Daltro, donde foi expulso, porque o padre reuniu paroquianos resolutos e enfrentou a horda (Carta ao Arcebispo D. Luís Antonio dos Santos. Pasta-Ofícios diversos, nº 02 - 1885). Do mesmo modo procederam os vigários de Coité (BA) e Simão Dias (SE). Enquanto isto, o cônego Agripino Silva Borges, de Itapicuru, e o vigário colado de Inhambupe, Antonio Porfírio Ramos, recebiam, cordialmente, o "Bom Jesus Conselheiro", desobedecendo as ordens do Arcebispo Primaz, D. Luís. As queixas dos ministros de Deus são constantes e revelam as preocupações dos seus autores em face do enfraquecimento crescente daqueles curas de almas, que não transigiam com o Conselheiro, apontado como malcriado, agressivo, prepotente, desrespeitador do poder eclesiástico. O mais angustiado de todos eles, coadjutor do vigário de Inhambupe, chamava-se Júlio Fiorrentini, italiano, homem de muitas arestas, cujas cartas sobre a ação do "Bom Jesus" são minuciosas e agressivas, constituindo um abundante material não apenas no que se refere ao peregrino cearense, mas também ao meio social da matriz sertaneja do Espírito Santo de Inhambupe, um centro prenhe de discórdias e mexericos. Ao lado do epistolário eclesiástico, os pronunciamentos oficiais do Primaz, condenando as atividades do Conselheiro e exigindo do clero medidas enérgicas para fazer cessar os considerados maléficis efeitos das desrespeitosas atitudes conselheiristas. Embora o clero se dividisse, o Arcebispo era bem claro no seu pronunciamento condenatório do "inculcado missionário".

Fonte impressa de indiscutível valor, deu-nos o coronel da Polícia baiana, Durval Vieira de Aguiar. O distinto soldado, a serviço de sua corporação, percorreu,

durante vários anos, grande parte da Província da Bahia, tendo ajuntado ao seu saber, de experiências feitas, muita informação colhida em livros e documentos. Publicadas, inicialmente, num jornal de Salvador, o "Diário da Bahia", as crônicas foram reunidas em livro, que recebeu o título de **Descrições Práticas da Província da Bahia**<sup>7</sup>. Baiano, cavaleiro da Ordem da Rosa, comandante do Corpo Policial da Bahia, Durval Vieira de Aguiar (1849-1900) encontrou Antonio Conselheiro no lugar denominado Cumbe, hoje Euclides da Cunha, então território do município de Monte Santo. O encontro, provavelmente, ocorreu em 1882. O Conselheiro estava ali "construindo uma excelente igreja", após haver concluído um templo no lugarejo Mocambo, atualmente Olindina. O coronel descreve Antonio Conselheiro como "um sujeito baixo, moreno, acaboclado, barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho numa desmobiada casa, onde se apinhavam as beatas e afluíam os presentes, com os quais se alimentava". Teve oportunidade de ouvir os "conselhos" do "Santo", enxertados de latinório, que nem ele próprio, nem os seus ouvintes entendiam. Pregava uma incompleta moral, ensinava orações, rezando com o povo terços e ladainhas. A gente local ia em massa às suas prédicas, obedecendo cegamente aos seus acenos, disposta a reagir a seu lado contra toda e qualquer medida mesmo de ordem legal, porventura adotada. Por isto mesmo, os vigários o deixam impunemente passar por Santo, tanto mais quanto ele nada ganha e, ao contrário, promove extraordinariamente os batizados, casamentos, desobrigas, festas, novenas e tudo, em que consistem os vastos rendimentos da igreja<sup>8</sup>. Euclides da Cunha, antes de seguir para Canudos, leu o livro de Durval Vieira de Aguiar, no qual colheu boas informações a respeito dos sertões da Bahia e do líder canudense. Colheu e usou, embora nem sempre houvesse registrado, devidamente, a fonte consultada. Na reportagem enviada ao **Estado de São Paulo**, em 23 de agosto de 1897, o

---

7 AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Bahia: Tip. do Diário da Bahia, 1888

8 AGUIAR, Durval Vieira de. *Op. cit.*, p. 76



repórter transcreveu as palavras do militar referentes à pessoa do Conselheiro<sup>9</sup>. N'Os *Sertões*, em nota, publicou apenas parte do texto<sup>10</sup>. De qualquer forma, os comentários do coronel foram muito úteis ao ensaísta e merecem ser lembrados aos pesquisadores do assunto, sobretudo para o entendimento das relações dos vigários com o predicante Antonio Conselheiro. Vieira de Aguiar, aliás, em 1893, quando o "Bom Jesus Conselheiro" e seus fiéis enfrentaram a polícia no Masseté, veio de público, revelando sua preocupação em face de possível derramamento de muito sangue no sertão, "declarar que esse indivíduo, longe de ser um facínora perigoso, é apenas um inofensivo ente devotado a uma mania religiosa, que procurava sempre prestar algum serviço na edificação ou reedificação de templos e cemitérios"<sup>11</sup>. O missivista julgava que um missionário inteligente e virtuoso poderia conter o povo e chamá-lo ao trabalho. Idêntico era o ponto de vista de Maximiano José Ribeiro, empregado do comércio na capital baiana, que visitara o Conselheiro no arraial do Bom Jesus (Crisópolis), com quem conversara durante 10 minutos, numa casa imunda, sem um móvel sequer para alguém se sentar. Acreditava também na fórmula de intervenção missionária de um representante da Igreja, indicando até o nome do sacerdote, o cônego Agripino Borges, Vigário de Itapicuru. Na opinião do segundo missivista, o Conselheiro era um homem honrado e aconselhava seus acompanhantes a retomarem aos próprios lares. O povo, todavia, recalcitrava em obedecê-lo<sup>12</sup>.

Com o chamado "choque de Masseté", nos dias finais de maio de 1893, Antonio Conselheiro passa a ser considerado e apontado como um elemento de grande periculosidade. A derrota e fuga que os seus sequazes impuseram à força

---

9 CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma Expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939, p.49

10 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: ed., cit., p. 173.

11 Carta publicada no *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 de junho de 1893.

12 Carta publicada no *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 de junho de 1893.

policial baiana, no sítio denominado Masseté, no território de Tucano, causaram sérias preocupações ao Governo do Estado da Bahia, então exercido pelo Dr. Rodrigues Lima, que requisitou força federal a Floriano Peixoto para vingar o insucesso policial e impor o poder à desobediência da jagunçada conselheirista. A tropa de linha foi colocada à disposição do governo estadual, porém terminou sem intervir na questão e recebeu ordem de retomar aos seus quartéis em Salvador. O caso não mereceu de Euclides da Cunha, invariavelmente citado pelos outros comentaristas do fenômeno conselheirista, muita atenção. A luta de Masseté é referida em poucas palavras no livro famoso. Por isto mesmo, nada se tem adiantado a respeito daquele momento, sem dúvida alguma decisivo, na história do Conselheiro, quando o "Santo", seguido de avultado número de adeptos, se deslocou para o antigo lugar Canudos, por ele rebatizado com o nome de Belo Monte, onde se fixou.

O episódio<sup>13</sup> logrou repercussão na imprensa baiana dos primeiros dias do mês de junho de 1893. Foi comentado na Assembléia Estadual e na Câmara Federal. Há documentos oficiais a respeito, correspondência trocada entre autoridades civis e militares. Nos **Anais** dos legislativos estadual e federal constam discussões em tomo da matéria, alguns deputados sustentando a prontas e enérgicas para impedir o crescimento do perigo social, outros aconselhando prudência, medidas pacificadoras, temendo um renhido e sangrento confronto na zona do sertão, indiscutivelmente dominada pelo fanatismo dos conselheiristas. O equilibrado depoimento, que nos permite conhecer os antecedentes do fato e as suas reais dimensões, foi escrito pelo bacharel Salomão de Sousa Dantas, então promotor público da comarca de Monte Santo, que passou pelo acampamento dos jagunços pouco antes da refrega. O Dr. Sousa Dantas, depois deputado federal pela Bahia em mais de uma legislatura, autor do livro **Aspectos e Contrastes**, publicado em 1922, onde figura um capítulo "Criminosos e ordem pública. O episódio Canudos", deixou-nos alguns

---

13 Masseté é a denominação de um riacho no município de Tucano onde se deu o combate entre jagunços e soldados da polícia baiana. Euclides escreveu, erradamente, Massete.

dados interessantes a respeito do grupo, com o qual manteve contacto durante algum tempo, tendo ensejo de ver as disposições dos jagunços quando estavam aguardando a anunciada chegada da tropa, comandada pelo Tenente Virgílio Pereira de Almeida. O promotor fala das atitudes dos jagunços contra as autoridades municipais, no termo de Amparo, com a destruição e incêndio das tabuletas afixadas, por ordem da Câmara Municipal, contendo leis e orçamentos. A rebeldia provocou a remessa da força de polícia, cujo insucesso Sousa Dantas relatou, com alguma simpatia pelos sertanejos, em virtude do procedimento agressivo da soldadesca de Polícia contra os moradores das localidades por onde transitaram<sup>14</sup>. O autor fala, ainda, nos acontecimentos que se seguiram ao estabelecimento de Antonio Conselheiro em Canudos, mencionando práticas conselheiristas, citando nomes de cabecilhas, anotando fatos ocorridos no seio da comunidade rebelde. O relato e os comentários de Salomão de Sousa Dantas, autor desconhecido dos estudiosos do *Império do Belo Monte*, se nos afiguram merecedores de conhecimento e crítica. O trabalho em tela é uma fonte idônea, redigida por alguém que, vivendo nos sertões, conheceu de perto a gente do Conselheiro, seus usos e costumes.

Perdidas nos jornais da fase tumultuada da guerra fratricida, ficaram umas notas escritas por pessoas ilustres que mantiveram, em momentos e lugares diferentes, conversas com Antonio Conselheiro e seu povão. Uma delas, o Dr. Genes Martins Fontes, juiz de direito de Monte Santo no tempo da Campanha de Canudos. Quando estudante de Direito, no Recife, em 1879 e em 1881, o moço acadêmico encontrou o Conselheiro em território sergipano. Ele viajava, por terra, de Salvador para o interior de sua Província, quando se deu o primeiro encontro, assistido também pelo aluno de Medicina, Felisbello Freire, depois político e historiador de reconhecida capacidade<sup>15</sup>. O magistrado em duas cartas

---

14 DANTAS, Salomão de Sousa. *Aspectos e contrastes. Ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Tip. Revista dos Tribunais, 1922. p. 137 a 160

15 No século passado, os alunos da Escola do Recife vinham, por via marítima, da capital pernambucana para Salvador, donde seguiam a cavalo para São Cristóvão e outros lugares de Sergipe.

publicadas em **A República** (Capital Federal), contou seus contactos, debuxando o perfil físico do Conselheiro, um homem muito magro, de cabelos compridos e maltratados, onde pululavam os piolhos, mãos sujas, porém portador de um olhar que lhe dava tom à fisionomia. Disse Genes Fontes: "O olhar boiava naquela abstração vaga, naquela expressão e cisma indefinível, que caracterizam os místicos, os sonhadores e os alucinados". A estudantada, Genes à frente, debicou do "Santo". Anos decorridos, voltando a se avistar com o "Bom Jesus", mudou de opinião, para declarar: "A última vez que o avistei, em 1881 (?), o seu prestígio era estupendo, já não me acudiu de modo algum a ideia de repetir qualquer gracejo que lhe disse em Lagarto. Sentia que lidava com um profeta, com um dominador de multidões. O seu olhar já não tinha a mesma abstração antiga. O hábito de comando tinha temperado o misticismo"<sup>16</sup>. No mesmo ano, Caldas Brito, jornalista, natural de Inhambupe, município frequentado pelo Conselheiro; pelas colunas de **O País**, narrou uma visita que fizera ao líder carismático, no lugar Tanquinho, por volta de 1887. Tomou a iniciativa da aproximação a fim de evitar aborrecimento para sua família, porque os fiéis conselheiristas não viam com bons olhos aqueles que deixavam de render homenagens ao "Santo Antonio Aparecido". No ensejo, ouviu um dos seus conselhos públicos. Afiguravase um padre pregando. Anotou Caldas Brito: "Seguiu à risca o mesmo ritual dos pregadores sacros. Persignou-se: e as suas primeiras palavras foram um latinório, truncado, verdadeiras silabadas na língua de Horácio. O tema do seu conselho versou sobre a família. Falou uma hora mais ou menos. Quando terminou, ajoelhou-se diante de um altar e rezou-se a ladainha. Saí ao terminar; e saí convicto de que o Conselheiro era um fanático. Inteligência superior e conhecedor da leitura da Bíblia, pareceu-me que o Conselheiro havia em moço estudado o latim e o português"<sup>17</sup>. Segundo o

---

16 Os artigos foram transcritos em *A Notícia*, jornal de Aracaju, nos dias 28 e 29 de janeiro de 1897. Trazem a assinatura C.F., que o saudoso e beneditino pesquisador sergipano Epifânio da Fonseca Dória, em correspondência que nos remeteu, afirmou ser Genes Martins Fontes.

17 A carta apareceu em *O País*, de 7 de fevereiro de 1897. Transcrita em *A Notícia*, Aracaju, de 23 do mesmo mês e ano. O já citado Epifânio Dória nos ofereceu cópia do documento.

missivista, Antonio Conselheiro havia construído cemitérios em muitas freguesias e os próprios vigários acolhiam-no. Genes Fontes e Caldas Brito, embora em pequenos documentos, devem ser lidos porque seus escritos refletem informações e juízos oriundos de conhecimento pessoal e desapaixonado.

### **INFORMAÇÕES DE UM CONDÍSCÍPULO**

Até 1893, ano do choque de Masseté, falava-se de Antonio Conselheiro, o peregrino que impressionava vivamente os sertanejos. Como vimos até aqui, além da "lenda arrepiadora", pouco se conhecia a respeito da vida de Antonio Vicente Mendes Maciel. As informações a seu respeito foram divulgadas por um cronista do Ceará, que fora condiscípulo de Antonio Vicente, na vila de Santo Antonio de Quixeramobim, sertão cearense. O informante precioso foi João Brígido dos Santos (1829-1921), jornalista, advogado, político<sup>18</sup>. João Brígido, famoso polemista, embora nascido no sul do País, foi menino para o Ceará, acompanhando a família, tendo morado algum tempo na terra de nascimento do futuro "Rei dos Jagunços". Eram da mesma idade. Brígido nasceu a 23 de dezembro de 1829 e Antonio Vicente, a 13 de março do ano seguinte. Estudaram na aula de Latim do professor José Vítor Ferreira Nobre. Participaram, juntos, das mesmas brincadeiras de meninos, lembradas pelo cronista em suas memórias. Em certa oportunidade, num banho de poço, João Brígido salvou a vida do colega, que ia se afogando<sup>19</sup>. Mais do que nas reminiscências, Brígido falou de Maciel e dos seus parentes em artigos publicados na imprensa de Fortaleza, intitulados "Maciéis e Araújo" e "Antonio Conselheiro", posteriormente incluídos no livro **Ceará (Homens e Fatos)**<sup>20</sup>. Na

---

18 Nasceu em São João da Barra, quando a então vila pertencia ao território da Província do Espírito Santo, depois transferida para o Rio de Janeiro. Brígido nasceu a 23 de Dezembro de 1829, falecendo a 14 de outubro de 1921.

19 MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1969. p. 43.

20 BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Rio de Janeiro: Bernardo Freire, 1919. p. 246 a 284.

primeira crônica, partindo das Memórias de Manuel Ximenes, fala de lutas de famílias no interior da Província, mostrando as sérias e sangrentas divergências entre os Araújo, um grupo poderoso, e os Maciéis, de condições humildes, mas, bravos, inteligentes, que viviam nos sertões entre Quixeramobim e Tamboril. Antonio Vicente, filho de Vicente Mendes Maciel, era, portanto, parente próximo dos combativos Maciéis, embora nada se conheça da participação do seu genitor nos embates das duas famílias. Além da história de encarniçada guerra familiar, João Brígido dedica especial atenção a Vicente Mendes Maciel, "de índole irascível, mas de excelente caráter, meio visionário e desconfiado", registrando ainda que seu filho Antonio Vicente ou Antonio Mendes Maciel amotinara a gente mística dos sertões da Bahia<sup>21</sup>. O artigo, sem dúvida alguma anterior ao episódio de Masseté, foi completado por outro, publicado em **A República** de 28 de junho de 1893, quando o nome do Conselheiro ganhara evidência no noticiário nacional. O trabalho, aliás, conta mais a vida de Vicente Mendes Maciel do que a de Antonio Vicente. Serve para firmar juízo a respeito do negociante da antiga Campo Maior, dado ao uso de bebidas, agressivo, violento, que, certa feita, tentara contra a vida da própria esposa. Chegou a possuir pequeno patrimônio, edificando algumas boas casas na praça do Cotovelo, em Quixeramobim. Sobre seu contemporâneo, Brígido disse que ele possuía certa cultura e iniciara estudos de latim, acrescentando que aparecera na capital cearense havia cerca de uns 10 anos o que vale dizer, por volta de 1883<sup>22</sup>.

Manuel Benício e Euclides da Cunha, entre outros comentadores da Campanha de Canudos, conheceram e citaram as crônicas de João Brígido dos Santos.

### ***O RELATÓRIO DE FREI JOÃO EVANGELISTA***

---

21 *Idem.* p. 272.

22 Possivelmente engano. Pelo que sabemos, Antonio Conselheiro não voltou ao Ceará depois de 1876.

A fixação do Conselheiro em Canudos, denominado Belo Monte pelo seu ocupante, passou a constituir preocupação dos jornais baianos. Os correspondentes interioranos, frequentemente, enviavam suas notícias, muitas vezes transformadas em apelos ao governo para adotar providências contra os abusos cometidos pelos jagunços nas redondezas do arraial e pelo perigo que existia no crescimento daquele lugarejo, onde não eram respeitadas as autoridades republicanas e se combatia o regime vigente. Na quase totalidade das correspondências, pedia-se uma medida enérgica e urgente para a extinção daquele "pernicioso" foco monarquista. Rarissimamente se apresentava alguém na tentativa de minimizar a gravidade da situação, sugerindo medidas apaziguadoras para reduzir o poderio do Conselheiro e tranquilamente convencer seus adeptos da necessidade de retomo às terras de origem, que estavam em completo abandono, com prejuízos incalculáveis para a boa marcha do trabalho e da produção. Pelas colunas dos três principais diários de Salvador, o **Jornal de Notícias**, o **Diário da Bahia** e o **Diário de Notícias**, entre 1893 e 1895, lia-se, com insistência, noticiário sobre o Conselheiro e seu povoado. De Monte Santo, mais do que de qualquer outro ponto do Estado, em razão de ser o quartel-general conselheirista localizado em terras do Município, o correspondente local, de quinze em quinze dias, nas cartas regularmente remetidas, chamava a atenção do leitor para as ocorrências do Belo Monte. Teria sido, certamente, o anônimo rabiscador monte-santense o homem que mais comentou a situação, lembrando, de modo invariável, a urgente necessidade de se encontrar um meio de conter a gente do "Bom Jesus"<sup>23</sup>.

Desde os primeiros tempos do caso Conselheiro muitas pessoas acreditaram que competia à Igreja Católica, fazendo valer seu prestígio, interferir visando dissolver o ajuntamento pela palavra de um missionário habilidoso. O terço em vez do fuzil era a solução preconizada. O Governador do Estado, Rodrigues

---

23 CALASANS, José. "O Diário de Notícias e a Campanha de Canudos". *Universitas*, Bahia, n. 18, set/dez, 1977.

Lima, em 1895, resolveu solicitar a colaboração do arcebispado, embora estivesse muito em moda proclamar o cumprimento do ato do Governo Provisório separando a Igreja do Estado. O arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé, em vésperas de viajar para Roma, aquiesceu ao pedido e encarregou Frei João Evangelista do Monte Marciano (1843-1921), capuchinho italiano, de dirigir a delicada missão. O frade se fez acompanhar de outro companheiro de Ordem, frei Caetano de S. Leo, que chegara à Bahia um ano antes da tarefa. Ao missionário juntou-se o vigário do Cumbe, Padre Vicente Sabino dos Santos, que pastoreava o rebanho de Canudos, com alguma frequência, ali tendo casa para se alojar. A iniciativa pacificadora veio a ser frustrada. O frade italiano não possuía as qualidades essenciais para levar a bom termo ação religiosa tão importante. Após uns poucos dias de permanência em Canudos, a trindade missioneira teve de abandonar o povoado, agravando assim o relacionamento dos canudenses com o poder público. Se, porém, a finalidade do missionário redundou em malogro, o *Relatório* elaborado, impresso e divulgado, passou a constituir elemento essencial à história do núcleo dito "monarquista" do interior baiano. Disse-nos, certa feita, frei Inocêncio, capuchinho, que conhecera pessoalmente frei João Evangelista, com quem morara no Convento da Piedade, haver sido o conhecido *Relatório* redigido pelo Monsenhor Basílio Pereira, personalidade de relevo no clero baiano, escritor e orador conceituado, irmão dos ilustres doutores Manuel Vitorino Pereira e Antonio Pacifico Pereira. O sacerdote era muito ligado aos frades capuchinhos do convento da Piedade. Realmente, tudo nos leva a crer haver sido de sua autoria o valioso documento, escrito em boa linguagem. O chefe da missão não se distinguia pela clara redação. Falava de maneira desabrida, misturando a língua materna com o idioma da terra de adoção. Suas pregações, segundo a tradição corrente, eram repletas de ameaças anunciadoras de tremendos castigos celestiais. Por isto mesmo, inábil no encaminhamento de problema tão significativo e sensível como o episódio do Belo Monte. Frustrada a louvável iniciativa pacificadora, restou, como dissemos, o *Relatório* informativo, embora evidentemente parcial; apaixonado mesmo, em alguns pontos. Deu-nos ele, contudo, pela primeira vez,



uma notícia geral da comunidade messiânica, aspecto de sua vida cotidiana, pormenores dos seus costumes, novas de alguns cabecilhas da grei, o péssimo estado sanitário do povoado, as atitudes agressivas de exaltados seguidores do líder Antonio Conselheiro. Julgando haver encontrado um agrupamento rebelado, desrespeitador da lei, cerceador das liberdades públicas, indicava para resolver aquele flagrante atentado as necessárias providências do poder civil para o restabelecimento da lei e do culto católico. Em resumo, pedia a intervenção do governo estadual.<sup>24</sup>

O *Relatório Antonio Conselheiro e seu Séquito no Arraial dos Canudos*, (Bahia. Tipografia do Correio de Notícias, 1895), com 8 páginas, encerra, por assim dizer, o primeiro período da historiografia relativa à Guerra de Canudos. Ele tem servido de base para o conhecimento de gente canudense e do seu poderoso chefe antes que chegasse a renhida e destruidora luta dos anos 96 e 97. Sendo, como realmente é, um relato oficial, o trabalho de Frei João, pela circunstância de sua passagem, embora rápida, por Canudos, ganhou proporções de documento básico.

### **OS MANUSCRITOS DO PEREGRINO**

Ele se intitulava peregrino, assinando seus papéis com o nome completo – Antonio Vicente Mendes Maciel. Nada de *Santo*, de *Conselheiro*, de *Bom Jesus*, de ser dotado de poderes superiores, sobrenaturais. Era *Santo* para o mundão dos seus fanáticos acompanhantes. O jagunço Pedrão ouviu de sua própria boca, quando um dos adeptos ajoelhou-se diante dele: "levante-se que Deus é outra pessoa". Declarava-se, sim, um peregrino. Um homem humilde, metido num surrado camisolão azul, apoiado em seu bastão, que saiu pelos sertões apanhando pedras para levantar capelas e muros de cemitérios, dando

---

24 S. MARIANO, Gregório de, Frei. "Os capuchinhos na Bahia". In: *Anais do Congresso de História da Bahia*, 1. Salvador, 1950. p. 573-583. Transcreve o "Relatório" publicado em 1895, pelo Governo da Bahia.

conselhos, pregando e praticando o bem. A todos chamando *meu irmão*. A todos saudando com o "Louvado seja N. S. Jesus Cristo". Aquele cristão errante, que declarou, certa feita, ir à procura dos mal-aventurados, também fixou no papel elementos substanciais para que a História pudesse conhecê-lo e julgá-lo. Deixou dois livros manuscritos, onde reuniu preceitos de caráter religioso e considerações de feição política. O primeiro, ***Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo para a Salvação dos Homens***, traz na folha de rosto a data de 24 de maio de 1895; o segundo, intitulado ***Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação***, é de 12 de Janeiro de 1897. Ambos foram escritos no povoado do Belo Monte, Província da Bahia. Nos ***Preceitos*** está escrito "Pelo Peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel"; nas ***Tempestades***, lê-se: "A presente obra mandou subscrever o peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel" ("Belo Monte" é o nome oficial dado pelo "Conselheiro" em substituição a Canudos). A denominação "Província" representa a fidelidade ao regime monárquico, o não reconhecimento da inovação "Estado", que a República de 89 estabelecera. Vale como posicionamento político. Não atinamos, porém, porque numa das obras a responsabilidade autoral é do Peregrino, que na outra figura como a tendo mandado "subscrever", quando em verdade nas ***Tempestades*** há mais contribuição pessoal do que nos ***Preceitos***. O manuscrito de 95 é simplesmente um registro de conceitos religiosos, enquanto a obra de 97, que em parte é cópia do anterior, consigna ideias políticas e sociais, de combate à Republica, à escravidão, aos maçons, aos protestantes, aos judeus.

As datas dos escritos nos sugerem algumas indagações. Em maio de 1895, estiveram missionando em Canudos Frei João Evangelista do Monte Marciano e seus dois companheiros, Frei Caetano e Padre Vicente. Os sacerdotes, malogrados nos seus intentos religiosos, saíram do povoado a 21 de maio. Três dias após, Antonio Vicente Mendes Maciel datava seus ***Preceitos***. Simples coincidência? Haveria outra intenção? Escrevendo um livro, que se mantinha

rigorosamente dentro da doutrina católica, pensaria o Conselheiro demonstrar ser desnecessária a presença de outros padres dali por diante no meio da comunidade? Ele próprio não era capaz de ordenar num livro os preceitos religiosos a seguir? Relativamente à datação das **Tempestades**, vale anotar naquele mesmo janeiro de 1897 estava marchando sobre Canudos a tropa comandada pelo major Febrônio de Brito, que se bateu com os jagunços na travessia do Cambaio. A obra foi "mandada subscrever" quando a força se aproximava do povoado messiânico. Canudos estava em guerra. O Conselheiro talvez houvesse pensado na destruição de sua gente e no seu próprio fim, tanto que o capítulo final é uma despedida comovente. Teria Antonio Conselheiro tido a intenção de deixar naquele volumoso manuscrito uma mensagem aos seus inimigos, onde se apresenta firme sua convicção de servo da Igreja de Cristo e declarado (combatente) da República, por ele considerada obra do demônio? Sem sombra de dúvida, os dois trabalhos de peregrino são essenciais para se entender o fenômeno Canudos e a personalidade do mais famoso condutor de homens nos sertões brasileiros do século XIX.

Os dois livros de Antonio Maciel foram achados na casa chamada Santuário, onde ele morava. O volume **Tempestades**, já publicado, possui história mais conhecida. Encontrado pelo acadêmico de Medicina João de Sousa Pondé, um dos identificadores do cadáver de Antonio Conselheiro. O importante original, bem conservado, passou às mãos do escritor Afrânio Peixoto, por oferta de sua colega de turma, João Pondé. Afrânio, tempos depois da publicação de **Os Sertões**, doou-o a Euclides da Cunha, pouco antes do fim trágico do grande ensaísta. Perdeu-se notícia da obra, durante algum tempo, que afinal apareceu num sebo carioca e foi adquirida por Aristeu Seixas, bibliófilo, membro da Academia Paulista de Letras. Mereceu edição comentada, em 1974, graças ao jurista Ataliba Nogueira, ilustre homem de letras da Paulicéia<sup>25</sup>. O manuscrito **Preceitos** foi trazido de Canudos pelo brigada do 25º batalhão de infantaria

---

25 NOGUEIRA, Ataliba. *Antonio Conselheiro e Canudos*; revisão histórica. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

Eugênio Carolino Sayão Carvalho e pelo mesmo ofertado ao **Jornal de Notícias** (Bahia), na pessoa do seu diretor, jornalista Aloísio de Carvalho, muito conhecido também pelo pseudônimo Lulu Parola. Está em nosso poder desde 1972, quando a família de Aloísio de Carvalho ofereceu-o ao nosso amigo Paulo Maciel, atualmente diretor do Banco Econômico S/A, que, generosamente, nos entregou tão valioso manuscrito. Pretendemos doá-lo ao Núcleo Euclidiano do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, que está sendo organizado na Capital baiana.<sup>26</sup>

### **OS ARTIGOS DO BARÃO DE JEREMOABO**

O Barão de Jeremoabo, bacharel Cícero Dantas Martins (1838-1930), proprietário rural e político atuante, conheceu Antonio Conselheiro, com quem conversou algumas vezes. Senhor de terras no município de Itapicuru, onde o "Bom Jesus" viveu grande parte da existência, Jeremoabo via, evidentemente, no peregrino cearense um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região. Alguém que contestava o poder político do Barão, representante credenciado dos proprietários locais, que se sentiam prejudicados com o estado de "perenal missão" que o conselheirismo implantara. Escrevendo, em março de 1897, para o **Jornal de Notícias**<sup>27</sup> da capital baiana, dois artigos sobre Antonio Conselheiro, Cícero Dantas Martins fornece aos historiadores alguns dados sugestivos para a biografia do místico e o conhecimento dos seus sequazes, informações que Euclides da Cunha leu e aproveitou em **Os Sertões**<sup>28</sup>. O Barão contou a história do surgimento do Conselheiro no Itapicuru, em 1874, seu prestígio junto ao povo, inclusive no meio dos escravos e, após 88, nos grupos

---

26 A doação foi efetivada em 1983. Encontra-se no núcleo Sertão da UFBA, Ondina, Salvador-BA.

27 JEREMOABO, Barão de. "Antonio Conselheiro", *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 e 5 março de 1897.

28 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, ed., cit., p. 183. Euclides enfatizou, baseado em Jeremoabo, o êxodo sertanejo motivado pelo fanatismo da época.

de ex-escravos. Queixou-se da desorganização do trabalho nas fazendas, porque a maioria dos trabalhadores estavam sempre prontos a seguir o séquito, muitos, pequenos donos de quinhões de terra, vendiam os próprios bens e deixando o torrão de nascimento se deslocavam para Canudos. Apontou ainda a influência exercida pelo Conselheiro sobre agrupamentos indígenas, citando que os índios de Mirandela, em número de 500, armados de arcos e flechas, participaram de manifestação hostil às autoridades municipais na vila do Soure. Acentuou os pronunciamentos antirrepublicanos do Conselheiro, que lhe dissera ser o próprio nome República uma prova do mal, dividindo as sílabas: *re-pública*. Relatou o insucesso da polícia no embate de Masseté, reclamando contra as indecisões do Governo estadual no modo de enfrentar o perigoso agrupamento. Referiu-se à malograda missão dos frades em 1895, reconstituiu a ida de Antonio Conselheiro e sua grei à vila de Bom Conselho, pondo em polvorosa as autoridades civis e religiosas que ali se encontravam. Quase tudo isto conta no primeiro dos citados artigos, porque no segundo o alvo principal da crítica de Cícero Dantas Martins é o então Governador do Estado, Conselheiro Luís Viana, violentamente acusado pelo seu passado político, apontado também como principal responsável pelos desastrosos resultados das duas primeiras expedições contra Canudos, comandadas pelo Tenente Pires Ferreira e pelo Major Febrônio de Brito. Inimigo político e pessoal do chefe do governo baiano, o Barão de Jeremoabo aproveitou o ensejo para atacá-lo desabridamente.

Jeremoabo possuía o louvável costume de guardar e responder as cartas recebidas. Seu arquivo, conservado pela família Dantas, está referto de missivas de amigos, parentes e correligionários, dando-lhe notícias do movimento conselheirista. É documentário de primeira ordem, que a diretora do Centro de Estudos Baianos, Professora Consuelo Pondé de Sena, pretende publicar brevemente, devidamente anotada para melhor compreensão da matéria. As missivas completarão os artigos de 1897, esclarecendo origens de informes e confirmando algumas declarações do articulista.